

# <sup>1</sup>Diretrizes de Sustentabilidade do Banco do Brasil para o Crédito – Agronegócio e Energia Elétrica

---

<sup>1</sup> As Diretrizes de Sustentabilidade BB para o Crédito – Agronegócios e Energia Elétrica visam dar publicidade às práticas negociais e administrativas adotadas pelo Banco do Brasil reforçando o atendimento aos seus compromissos públicos assumidos e em alinhamento com os princípios de responsabilidade socioambiental constantes de suas políticas gerais e específicas. Com essas práticas o Banco do Brasil busca contribuir para mitigar o risco socioambiental e reduzir os impactos de seus financiamentos e investimentos bem como identificar novas oportunidades de atuação na cadeia de valor dos negócios sustentáveis, a partir de questões socioambientais relevantes e de temas estratégicos para o desenvolvimento sustentável.

## **APRESENTAÇÃO**

O setor financeiro é um importante elo indutor para a construção da sustentabilidade, a partir do momento em que desperta para o fato de que a economia é subsidiária integral da natureza. Da mesma forma, não pode haver economia sem que o capital natural seja parte integrante dos modelos de negócio e sem uma ordem social estável. Com esse espírito e com base em seus princípios de responsabilidade socioambiental, o Banco do Brasil reviu em 2010 a sua Missão de modo a fortalecer a importância do alinhamento de seus negócios às políticas de sustentabilidade e desenvolvimento do País.

### **MISSÃO**

"Ser um banco competitivo e rentável, promover o desenvolvimento sustentável do Brasil e cumprir sua função pública com eficiência".

Os princípios de responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil compõem as políticas gerais e específicas do BB que por sua vez propõem incorporar os princípios balizadores do desenvolvimento sustentável<sup>2</sup> no planejamento de suas atividades, negócios e práticas administrativas, envolvendo os seus públicos de relacionamento.

Para o Banco do Brasil, responsabilidade socioambiental é ter a ética como compromisso e o respeito como atitude nas relações com funcionários, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes, credores, acionistas, concorrentes, comunidade, governo e meio ambiente.

A postura de responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil é orientada pelos seguintes direcionadores.

- Incorporar os princípios socioambientais na prática administrativa e de negócios;
- Implementar visão articulada e integradora de responsabilidade socioambiental;
- Disseminar os princípios socioambientais e criar uma cultura de responsabilidade;
- Ouvir e considerar a diversidade dos interesses dos públicos de relacionamento;
- Influenciar a incorporação dos princípios de responsabilidade socioambiental no país.

---

<sup>2</sup> O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (Relatório Brundtland, 1987). BRUNDTLAND. Our Common Future. Oxford: Oxford University Press, 1987.

O Banco do Brasil acredita que esta postura contribua para o desenvolvimento de um novo sistema de valores para a sociedade que tenha como referencial maior o respeito a todas as formas de vida e ao meio ambiente, condição indispensável à sustentabilidade da própria humanidade.

Alinhado aos princípios de Responsabilidade Socioambiental constantes de suas políticas gerais e específicas, o Banco do Brasil aderiu a um conjunto de pactos e acordos com entidades setoriais e organismos de fomento, em nível nacional e internacional, contribuindo com isso para a disseminação dos conceitos e práticas socioambientais entre todos os seus públicos de relacionamento. Os compromissos assumidos de forma voluntária pelo Banco do Brasil até o momento podem ser verificados no Quadro Resumo e no Anexo I.

O Banco do Brasil acredita que a gestão com foco na sustentabilidade avançará no Brasil face às exigências de conformidade socioambiental de mercados consumidores globais, estimulando as empresas para o aperfeiçoamento de seus modelos de gestão e governança. Essa premissa requer um refinamento dos mecanismos de gestão de risco, para que as empresas passem a considerar o risco socioambiental como elemento fundamental na análise do seu modelo de negócios de longo prazo.

Atento a esse cenário e visando a aplicação dos compromissos voluntários assumidos em suas práticas cotidianas de negócios, o Banco está construindo e aprimorando suas diretrizes de sustentabilidade relacionadas ao crédito.

O Banco do Brasil reconhece que a atividade produtiva, urbana ou rural, ao mesmo tempo em que produz benefícios econômicos no curto prazo, pode gerar impactos negativos sobre os ecossistemas e a qualidade de vida das pessoas, e se engaja no esforço do governo, empresas e sociedade, em prol da sustentabilidade.

Os critérios socioambientais na análise de crédito e a avaliação de potenciais riscos são continuamente aperfeiçoados, de forma a promover o aprimoramento da gestão de riscos socioambientais que eventualmente possam decorrer de suas operações de crédito. Com isso, contribui para o estabelecimento de parâmetros para a criação de políticas e requisitos regulatórios que permeiem a produção sustentável e que possam diminuir as chances de perdas econômicas para os setores envolvidos ao longo do tempo.

Esse aprimoramento contínuo permite que o Banco do Brasil atualize e adapte suas práticas de concessão de crédito, consolidando instrumentos, métodos e processos voltados para a mitigação de riscos socioambientais. Os resultados apontam para as formas de atuação do Banco para com seus clientes, de forma a fomentar o engajamento dos setores econômicos e apresentar como principais resultados:

- i) Conhecimento mais preciso, por parte dos clientes do Banco do Brasil, sobre riscos envolvidos em diferentes formas de produção e uso dos recursos naturais, e maior entendimento sobre os benefícios de práticas responsáveis que conduzam à sustentabilidade;
- ii) Aumento da oferta de produtos financeiros, que auxiliem essas cadeias em seu processo de reestruturação, em atendimento a nova realidade pautada em critérios de sustentabilidade.

A definição das Diretrizes de Sustentabilidade do Banco do Brasil para o Crédito tem por objetivos mitigar eventual risco socioambiental e, nesses casos – em consonância com a legislação em vigor - reduzir os impactos negativos de seus financiamentos e

investimentos, bem como identificar novas oportunidades de atuação na cadeia de valor dos negócios sustentáveis, a partir de questões socioambientais relevantes e de Temas Estratégicos para o desenvolvimento sustentável.

Questões socioambientais relevantes para as Diretrizes de Sustentabilidade do Banco do Brasil para o Crédito:

- Uso inadequado dos recursos naturais;
- Conversão de habitats naturais (desmatamento) descontrolada e desordenada ;
- Perda de biodiversidade;
- Poluição de água de superfície e águas profundas;
- Poluição atmosférica;
- Aquecimento global oriundo de emissões de gases de efeito estufa;
- Aumento de eventos climáticos extremos;
- Desertificação;
- Degradação e erosão do solo;
- Violação aos direitos humanos (trabalho escravo infantil e degradante);
- Pobreza, fome, discriminação, corrupção;
- Desrespeito ao direito dos povos indígenas e comunidades tradicionais, às minorias, aos consumidores, ao trabalho decente e à educação básica;
- Segurança alimentar;
- Segurança hídrica

As Diretrizes de Sustentabilidade do Banco do Brasil para o Crédito adotam como Temas Estratégicos Florestas e Biodiversidade, Água e Mudanças Climáticas por serem primordiais para a qualidade de vida humana e ao mesmo tempo estarem diretamente ligados ao desenvolvimento sustentável do País.

### **Florestas e Biodiversidade**

Um dos maiores desafios encontrados pela sociedade nos dias de hoje é gerenciar a necessidade da humanidade por alimentos, energia, água, medicamentos e matérias-primas, enquanto minimiza impactos adversos na biodiversidade e nos serviços dos ecossistemas.

As florestas tropicais são os ecossistemas terrestres mais ricos em termos de diversidade de espécies com 50% dos vertebrados, 60% das variedades vegetais e cerca de 90% das espécies terrestres<sup>3</sup>. O Brasil é um dos países de maior biodiversidade e abriga a maior extensão contínua de florestas tropicais. Além das florestas, o Brasil tem vastas áreas de cerrado, campos naturais, áreas costeiro-marinhas e áreas inundáveis. As florestas e todos esses ecossistemas têm grande importância ecológica e econômica com destaque para a biodiversidade e os serviços ambientais que presta. Para a economia do país, por exemplo,

---

<sup>3</sup> (UNEP, 2001; FAO 2005 e 2007) – Apud, Barros, A.F.G. O Brasil na governança das grandes questões ambientais contemporâneas. País emergente? Textos para discussão CEPAL 40. IPEA, 2010.

estima-se que o setor de base florestal, que atua basicamente em seis cadeias produtivas (lenha e carvão, madeira sólida, papel e celulose, painéis reconstituídos, produtos não madeireiros e serviços ambientais), seja responsável por 4% do PIB brasileiro e pela geração de 6 milhões de empregos<sup>4</sup>.

O tema, portanto, é chave para o desenvolvimento local e nacional, além de estar intimamente ligado às mudanças climáticas. O grande desafio do Brasil é conseguir integrar as questões ambientais à lógica de desenvolvimento econômico, de forma a buscar o desenvolvimento sustentável.

Para controlar o desmatamento e a perda de biodiversidade, o Governo brasileiro tem implementado políticas públicas como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal - PPCDAm5, Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Cerrado - PPCerrado6, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP7, e a Política Nacional de Biodiversidade - PNBio8

O Banco do Brasil reconhece a influência que as pressões econômicas exercem sobre a biodiversidade e todos os tipos de ecossistemas. Reconhece também a importância da conservação e uso sustentável dos serviços prestados pelos ecossistemas para assegurar a vida, as atividades econômicas e o desenvolvimento humano. Adota, portanto, práticas que valorizam a biodiversidade e os serviços ambientais e evita o apoio a iniciativas que aumentem a perda da biodiversidade e dos serviços ambientais, em conformidade com o Padrão de Desempenho nº 6 da IFC9 Conservação da Biodiversidade e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais, que faz parte dos Princípios do Equador, que tem o Banco do Brasil como signatário.

Para os projetos avaliados pelo Banco do Brasil com significativos riscos de natureza socioambiental, especialmente aqueles enquadrados nos Princípios do Equador, o Banco exige do cliente avaliação socioambiental e plano de ação para mitigação dos riscos e impactos identificados, podendo decidir pela não concessão dos recursos financeiros. Obedecida a lei em vigor, e alinhado às suas diretrizes operacionais, o Banco inclui condicionantes de cunho socioambiental nos contratos de crédito, e realiza monitoramento periódico quanto à observância destas condicionantes cujo descumprimento pode implicar no vencimento antecipado da operação, respeitando-se o previsto nos contratos assinados entre partes.

---

<sup>4</sup> - Serviço Florestal Brasileiro (2012) Bens e serviços que a floresta fornece. Brasília: SFB, 2010..

<sup>5</sup> CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal – 2ª Fase. Brasília: Casa Civil: 2010.

<sup>6</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas: cerrado. Brasília: MMA, 2011.

<sup>7</sup> BRASIL. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006.

<sup>8</sup> BRASIL. Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002.

<sup>9</sup> IFC – *International Finance Corporation*, braço do grupo Banco Mundial que apóia o desenvolvimento do setor privado.

## Água

Os recursos hídricos estão no topo da agenda ambiental, tanto no Brasil quanto no planeta. É fácil justificar o caso da água como um recurso natural essencial. O Brasil é o país mais rico do mundo em termos de recursos hídricos, contendo 13% da água doce disponível no planeta, a maior área úmida continental do mundo (Pantanal), as mais extensas florestas alagadas (Amazônia), e uma fauna aquática incrivelmente diversa<sup>10</sup>. Apesar disso, os problemas globais relacionados à água também estão presentes no País. A falta de planejamento em processos decisórios relacionados à expansão das hidrelétricas, ocupações desordenadas em morros e ao longo dos principais rios e práticas mal concebidas do uso do solo resultaram em redução da vazão dos rios, eliminação de nascentes e olhos d'água, e degradação das bacias de drenagem.

Em 1997, o Governo brasileiro instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). A Lei nº 9.433/97 cria uma nova e importante estrutura para a gestão destes recursos, prevendo processos participativos e novos instrumentos econômicos que promovam o uso mais eficiente da água.

O Banco do Brasil, como instituição financeira que atua fortemente no agronegócio e que também é líder na oferta de crédito para outros setores da economia, está ciente das externalidades negativas que o financiamento dessas atividades pode provocar. E, como iniciativa voltada para a defesa desse importante recurso natural o Banco do Brasil assume o compromisso de promover a conscientização e de buscar soluções, em conjunto com a sociedade, para os problemas relacionados ao tema e para a implementação da PNRH.

Em relação ao financiamento de atividades que se utilizam de recursos hídricos, o Banco do Brasil exige do empreendedor a apresentação da outorga pelo Poder Público dos direitos de uso (outorga d'água) nos casos em que a atividade demande um dos seguintes usos: (i) derivação ou captação de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo; (ii) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo; (iii) lançamento em um corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final; iv) aproveitamento dos potenciais hidrelétricos; v) outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água. Nas atividades agropecuárias, a outorga de uso de água é exigida nos financiamentos de investimento e custeio para agricultura irrigada e para criação de animais em confinamento. São observadas, complementarmente, determinações de governos estaduais quanto à exigência ou dispensa da outorga d'água em relação a certos usos e localidades.

## Mudanças Climáticas

O tema Mudanças Climáticas é um dos grandes desafios da humanidade para o século XXI. Há fortes evidências científicas de que essa mudança se deve ao aumento da concentração de determinados gases na atmosfera, resultantes da atividade humana. O processo de aquecimento global poderá afetar<sup>11</sup> os recursos naturais, o acesso à água, a produção de alimentos, a saúde e o meio ambiente. Centenas de milhões de pessoas poderão passar fome, sofrer com a falta de água e com inundações costeiras à medida que o mundo vai

---

<sup>10</sup> WWF – Brasil. Água para Vida, Água para Todos: Livro das Águas. Caderno de Educação Ambiental. Brasília: WWF – Brasil, 2006.

<sup>11</sup> STERN, N. The economics of Climate Change. The Stern Review. Cambridge University. Cambridge, 2006.

aquecendo. A economia e as sociedades do mundo todo serão afetadas em magnitude hoje desconhecida. A questão do clima começou a ser analisada pela sua dimensão ambiental e em seguida foram feitos estudos sobre sua relação com a produção e consumo, inclusive de energia, até que se concluiu que a transição para uma “economia de baixo carbono” é imprescindível para a humanidade<sup>12</sup>.

Apesar de ser um dos países líderes nas discussões sobre a mudança do clima, em função de sua matriz energética, pesquisa científica, abundância de recursos naturais, entre outros, o Brasil não está isento das consequências decorrentes das mudanças climáticas. Ao instituir a Política Nacional de Mudanças Climáticas<sup>13</sup> e assumir o compromisso nacional voluntário de adotar ações de mitigação de GEE (Gases de Efeito Estufa), com vistas a reduzir entre 36,1% e 38,9% suas emissões projetadas até 2020, percebe-se claramente que o País busca meios para mitigar a mudança do clima de forma efetiva e garantir o bem-estar de seus cidadãos no longo prazo.

O Banco do Brasil ciente da relevância e urgência do tema das mudanças climáticas e a importância do engajamento do setor privado nos esforços para redução dos gases de efeito estufa e para a adaptação de comunidades em áreas de vulnerabilidades climáticas, está comprometido com a transição para uma economia de baixo carbono e o papel de liderança que o Brasil pode assumir neste tema.

As Diretrizes de Sustentabilidade do Banco do Brasil para o Crédito apresentadas adiante, são um compromisso do Banco do Brasil para aprimorar as práticas de financiamento a setores produtivos de grande importância para o desenvolvimento do País, mas com eventual potencial para gerar externalidades socioambientais negativas.

#### Diretrizes de Sustentabilidade do Banco do Brasil para o Crédito – Temas Estratégicos

- Atuar em consonância com as políticas públicas e com os compromissos assumidos nos Pactos e Acordos relacionados aos Temas Estratégicos contribuindo para o cumprimento da legislação pertinente;
- Incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável nas práticas cotidianas dos negócios bancários, em particular nas operações de crédito;
- Oferecer condições diferenciadas de crédito em função de critérios de sustentabilidade em consonância com o Protocolo Verde do qual o Banco do Brasil é signatário;
- Fomentar práticas de negócios sustentáveis nas cadeias de valor de seus financiamentos e investimentos;
- Desenvolver novos produtos e serviços com foco em questões socioambientais, com particular ênfase no combate às mudanças climáticas.
- Incentivar internamente a oferta de linhas de financiamento socioambientais;
- Disseminar informações por sua rede de clientes, consumidores, fornecedores, funcionários e outras partes interessadas, com o objetivo de aumentar a conscientização sobre os Temas Estratégicos;
- Atuar de forma conjunta com governo, empresas e sociedade no sentido de promover o desenvolvimento sustentável.-

<sup>12</sup> Barros, A.F.G. O Brasil na governança das grandes questões ambientais contemporâneas, país emergente? Textos para discussão CEPAL 40. IPEA, 2010.

<sup>13</sup> Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010.

As Diretrizes de Sustentabilidade do Banco do Brasil para o Crédito foram desenvolvidas, inicialmente, para os setores do Agronegócio e de Energia Elétrica. Posteriormente serão ampliados para outros setores-chave da economia: construção civil e mineração.

### **Setor Agronegócio**

A perspectiva para as próximas décadas é de que a produção agrícola e pecuária continuará sofrendo grande pressão por crescimento, em virtude do aumento populacional e da melhoria da renda per capita dos países em desenvolvimento, especialmente nos países agrupados no BRICS<sup>14</sup>. O estímulo à produção de biocombustíveis por meio de políticas públicas de diferentes países visando aumentar a segurança energética e reduzir as emissões de gases de efeito estufa - GEE em suas matrizes também aumenta a pressão sobre a produção agrícola.

A agricultura brasileira tem o grande desafio de atender esta expectativa crescente por alimento, fibras e biocombustíveis, conciliando-a com a conservação dos recursos naturais e dos ecossistemas fundamentais para o Brasil e para a humanidade.

Segundo dados do Censo Agropecuário realizado em 2006, o Brasil possui 329,9 milhões de hectares destinados à produção agropecuária. Destes, 158,7 milhões são destinados à produção pecuária, com alto índice de pastagens degradadas e baixa produtividade de maneira geral. A produção agrícola ocupou 59,8 milhões de hectares - sendo 22,1 milhões de soja, 12,9 milhões de milho, 6,4 milhões de cana de açúcar<sup>15</sup>. Dos 12,6 milhões de hectares de florestas plantadas no Brasil, 8,1 milhões são destinados a sistemas agroflorestais<sup>16</sup>. Os dados indicam o potencial de crescimento da agropecuária brasileira por meio do aumento da produtividade e da recuperação de áreas degradadas de pastagens reduzindo a pressão sobre ecossistemas naturais.

A observância da legislação ambiental e a adoção de boas práticas agrícolas, como por exemplo, o manejo adequado de solo e água, o uso racional de agroquímicos, pelo setor também é fundamental para a mitigação do impacto da atividade sobre os recursos naturais e redução das emissões de GEE responsáveis pelas mudanças climáticas.

O Banco do Brasil reconhece a importância do agronegócio para a economia brasileira e também o seu papel relevante em suprir alimentos, fibras e biocombustíveis para um mundo com população crescente. Ademais, entende que o setor pode contribuir de maneira decisiva para a redução das emissões brasileiras de gases de efeito estufa.

### **Diretrizes de Sustentabilidade do Banco do Brasil para o Crédito - Setor do Agronegócio**

- Exigir a comprovação da conformidade legal das atividades e empreendimentos mediante a apresentação do licenciamento ambiental e da outorga pelo Poder Público dos direitos de uso da água (outorga d'água), quando aplicável, entre outros;

---

<sup>14</sup> BRICS- grupo de países emergentes constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

<sup>15</sup> IBGE, Censo Agropecuário 2006, Sistema de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: [HTTP://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=11&i=P](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=11&i=P)>. Acesso em maio de 2012.

<sup>16</sup> Área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais.



- Incorporar critérios socioambientais ao processo de análise para a concessão de financiamentos de projetos, considerando a magnitude de seus potenciais impactos e riscos e a necessidade de adoção de medidas mitigadoras e compensatórias;
- Envidar esforços para dignificar e modernizar as relações de trabalho nas cadeias produtivas do agronegócio;
- Apoiar iniciativas voltadas para a defesa dos direitos e da qualidade de vida das crianças e adolescentes nas cadeias produtivas do agronegócio, bem como ao combate ao trabalho análogo ao escravo e ao uso de mão-de-obra infantil;
- Apoiar a estratégia nacional de redução das taxas de desmatamento, através dos planos governamentais de combate ao desmatamento: Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal; Plano de Proteção e Combate às Queimadas e Desmatamento do Cerrado, entre outros;
- Criar mecanismos que incentivem a recuperação de áreas degradadas, de reserva legal e de preservação permanente conforme definido pelo Código Florestal e o uso de tecnologias limpas;
- Considerar iniciativas relevantes de planejamento de uso da terra na análise da concessão do crédito, tais como Zoneamentos Ecológico-Econômicos e Zoneamentos Agroecológicos;
- Fomentar a indústria de etanol, a partir de lavouras estabelecidas em áreas definidas pelo Programa de Zoneamento da Cana-de-açúcar;
- Fomentar o aumento da produtividade da pecuária como estratégia de redução da pressão por abertura de novas áreas/desmatamento;
- Estimular a utilização de linhas de crédito para a redução e absorção de gases de efeito estufa em apoio à implementação do Plano para Consolidação de uma Economia de Baixo Carbono, conhecido popularmente como “Programa Agricultura de Baixo Carbono - Programa ABC “;
- Incentivar, através do crédito, uma agricultura de baixo carbono apoiando a adoção de modelos de produção diferenciados como sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, sistemas agroflorestais ou agrossilvopastoris, sistema de plantio direto e redução do uso de fertilizantes nitrogenados;
- Fomentar práticas sustentáveis junto aos seus clientes envolvidos na cadeia de valor de agropecuários, florestais madeireiros e não madeireiros que tenham impactos diretos e indiretos sobre os recursos hídricos, ecossistemas e biodiversidade;
- Oferecer condições diferenciadas de financiamento para tornar mais atraente a atividade de florestamento e reflorestamento;

- Fomentar práticas ligadas à certificação voltadas para Boas Práticas Agrícolas na produção agropecuária e florestal;
- Incentivar a gestão do uso da água, a reciclagem e o monitoramento do desperdício na cadeia de valor do setor agropecuário e florestal;
- Apoiar propostas de crédito direcionadas à conservação dos recursos hídricos, ao armazenamento hídrico, estação de tratamento de água, de dejetos e efluentes, reciclagem, monitoramento do uso racional da água, no meio rural;
- Oferecer condições diferenciadas a projetos que adotem práticas sustentáveis de produção agrícola (utilização do uso de agroquímicos de acordo com os índices preconizados pela OMS, agroecologia, agricultura orgânica, manejo integrado de pragas, etc.);
- Analisar eventuais estímulos indiretos ao desmatamento oriundos de políticas de crédito para intensificação e/ou ampliação da produção agrícola;
- Fortalecer a agricultura familiar por meio do repasse de recursos para financiar práticas sustentáveis de produção e garantir a segurança alimentar dos agricultores familiares.

### **Setor de Energia Elétrica**

Até 2020, a demanda por energia deverá aumentar em 60% no Brasil. Desta energia, 2/3 serão consumidos nos setores industrial e de transportes. A capacidade instalada no Sistema Interligado Nacional deverá evoluir dos cerca de 110.000 MW em dezembro de 2010 para 171.000 MW em dezembro de 2020, com a priorização das fontes renováveis (hidrelétrica, eólica e biomassa). A participação das hidrelétricas cairá de 76% para 67% e a geração oriunda de fontes alternativas, como a de usinas eólicas, de térmicas à biomassa e de PCHs, vai dobrar em dez anos, de 8% para 16%<sup>17</sup>.

A geração eólica poderá ser o destaque, aumentando de 1% para 7%. Com isso, a fatia de fontes renováveis na geração de energia elétrica se manterá em torno de 83% (Fonte: Atlas de energia Elétrica do Brasil – Aneel) ao final do decênio. Esta expansão demandará investimentos da ordem de R\$ 190 bilhões. Cabe ressaltar que grande parte destes investimentos refere-se a empreendimentos já autorizados, incluindo as usinas com contratos assinados nos leilões de energia nova.

O montante a investir em novas usinas – ainda não contratadas ou autorizadas – é da ordem de R\$ 100 bilhões, sendo 55% em hidrelétricas e 45% no conjunto de outras fontes renováveis.

A Empresa de Pesquisa Energética, vinculada ao Ministério das Minas e Energia, aponta em seu Plano Decenal que a participação das energias renováveis na geração de energia

---

<sup>17</sup> ANEEL (2012): Atlas de Energia Elétrica do Brasil

(incluindo consumo de derivados de petróleo e gás) no Brasil aumentará de 44,8% para 46,3%, com o aumento da geração por biomassa e demais fontes renováveis.

O Banco do Brasil reconhece o potencial do setor elétrico brasileiro para apoiar a sociedade brasileira na transição para uma economia de baixo carbono. O Banco do Brasil apóia projetos de energia elétrica, nos segmentos de geração e transmissão com condições diferenciadas, notadamente quando se trata de geração de energia renovável, tais como usinas hidrelétricas, termoelétricas a biomassa e eólicas.

Tendo em vista a adoção de estruturação financeira como *Project Finance*, independentemente de seu valor, a maior parte dos projetos do setor elétrico enquadra-se nos Princípios do Equador, sendo classificados, segundo a magnitude dos impactos e riscos previstos, de acordo com os critérios ambientais e sociais da *International Finance Corporation* – IFC, nas categorias A ou B. Para todos os empreendimentos categorizados como A e determinados projetos da categoria B, o Banco do Brasil exige avaliação socioambiental, realizada por consultoria independente. Essa avaliação cobre as normas aplicáveis à gestão de saúde e segurança do trabalho, as condicionantes das licenças ambientais e a implementação do Plano Básico Ambiental para mitigação e compensação de impactos sociais e ambientais, bem como os outros critérios dispostos nos Princípios do Equador, caso mais exigentes que a lei. Para projetos com impactos sociais e ambientais de elevada magnitude são também exigidos periodicamente relatórios de monitoramento socioambiental, abrangendo a implantação e a operação do empreendimento, durante a vigência do financiamento.

#### **Diretrizes de Sustentabilidade Banco do Brasil para o Crédito - Setor de Energia Elétrica**

- Exigir a comprovação da conformidade legal das atividades e empreendimentos mediante a apresentação do licenciamento ambiental e da outorga pelo Poder Público dos direitos de uso da água (outorga d'água), entre outros;
- Incorporar critérios socioambientais ao processo de análise para a concessão de financiamento de projetos e considerando a magnitude de seus potenciais impactos e riscos e a necessidade de medidas mitigadoras e compensatórias;
- Envidar esforços para dignificar e modernizar as relações de trabalho nas cadeias produtivas do setor elétrico;
- Apoiar iniciativas voltadas para a defesa dos direitos e da qualidade de vida das crianças e adolescentes nas cadeias produtivas do setor elétrico;
- Adotar procedimentos para assegurar uma contribuição efetiva para a implementação de uma economia de baixo carbono, especialmente em financiamentos de empreendimentos carbono- intensivos;
- Apoiar com condições diferenciadas projetos de geração de energia renovável, tais como usinas eólicas, térmicas à biomassa e de pequenas hidroelétricas (PCHs);

- Apoiar, por meio do crédito, a estratégia de aumento da participação de fontes de energia renovável (eólica e bagaço da cana-de-açúcar) na matriz elétrica do país.

### **Quadro Resumo**

Legenda:

Temas Estratégico	Cor
Florestas e Biodiversidade	
Água	
Mudanças Climáticas	

### **Diretrizes de Crédito do Banco do Brasil para todos os setores**

Exigir a comprovação da conformidade legal das atividades e empreendimentos, tais como a comprovação do licenciamento ambiental e da outorga pelo Poder Público dos direitos de uso da água (outorga d'água), quando aplicável, entre outros.			
Incorporar critérios socioambientais ao processo de análise para a concessão de financiamento de projetos, considerando a magnitude de seus potenciais impactos e riscos e a necessidade de medidas mitigadoras e compensatórias			
Envidar esforços para dignificar e modernizar as relações de trabalho em todas as cadeias produtivas analisadas pelo Banco.			
Apoiar iniciativas voltadas para a defesa dos direitos e da qualidade de vida das crianças e adolescentes nas cadeias produtivas analisadas.			

### **SETOR DO AGRONEGÓCIO - Diretrizes de Crédito**

Apoiar a estratégia nacional de redução das taxas de desmatamento, através dos Planos Governamentais de combate ao desmatamento: Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal; do Plano de Proteção e Combate às Queimadas e Desmatamento do Cerrado, entre outros.			
Criar mecanismos que incentivem a recuperação de áreas degradadas, de reserva legal e de preservação permanente e o uso de tecnologias limpas.			
Considerar iniciativas relevantes de planejamento de uso da terra na análise da concessão do crédito, tais como Zoneamentos Ecológico- Econômicos, Zoneamentos Agroecológicos			
Fomentar a indústria de etanol com vistas ao aumento da taxa média de consumo anual, a partir de lavouras estabelecidas em áreas definidas pelo Programa de Zoneamento da Cana-de-açúcar.			
Fomentar o aumento da produtividade da pecuária como estratégia de redução da pressão por abertura de novas pastagens/desmatamento			
Estimular a utilização de linhas de crédito para a redução e absorção de gases de efeito estufa em apoio a implementação do Programa Agricultura de Baixo Carbono(Programa ABC).			
Incentivar, através do crédito, uma agricultura de baixo carbono apoiando a adoção de modelos de produção diferenciados como sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, sistemas agroflorestais ou agrossilvopastoris, sistema de plantio direto e redução do uso de fertilizantes nitrogenados.			
Fomentar práticas sustentáveis junto aos seus clientes envolvidos na cadeia de valor de agropecuários, florestais madeireiros e não madeireiros que tenham impactos diretos e indiretos sobre os recursos hídricos, ecossistemas e biodiversidade.			

Oferecer condições diferenciadas de financiamento para tornar mais atraente a atividade de florestamento e reflorestamento.			
Fomentar práticas ligadas à certificação voltadas para Boas Práticas Agrícolas na produção agropecuária e florestal.			
Incentivar a gestão do uso da água, a reciclagem e o monitoramento do desperdício de água na cadeia de valor do setor agropecuário e florestal.			
Apoiar propostas de crédito direcionadas à conservação dos recursos hídricos, ao armazenamento hídrico, estação de tratamento de água, de dejetos e efluentes, reciclagem, monitoramento do uso racional da água, no meio rural.			
Oferecer condições diferenciadas a projetos que adotem práticas sustentáveis de produção agrícola (utilização de agroquímicos de acordo com os índices preconizados pela OMS, agroecologia, agricultura orgânica, manejo integrado de pragas, etc.).			
Fortalecer a agricultura familiar por meio do repasse de recursos para financiar práticas sustentáveis de produção e garantir a segurança alimentar dos agricultores familiares.			

### Linhas de Crédito Socioambientais

<b>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Agroecologia:</b> apoia projetos específicos de sistemas de produção agroecológica ou orgânica.			
<b>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Florestal:</b> tem por finalidade realizar investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal; recomposição e manutenção de áreas degradadas, de preservação permanente e reserva legal.			
<b>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Semiárido:</b> apoia financeiramente investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica.			
<b>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Eco:</b> tem por finalidade apoiar: tecnologias para geração de energia renovável, como o uso da energia solar, da biomassa, eólica, miniusinas de biocombustíveis e a substituição de tecnologia de combustível fóssil por renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas; tecnologias ambientais, como estação de tratamentos de água, de dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem; armazenamento hídrico, como o uso de cisternas, barragens, barragens subterrâneas, caixas d'água e outras estruturas de armazenamento e distribuição, instalação, ligação e utilização de água; pequenos aproveitamentos hidroenergéticos; silvicultura; práticas conservacionistas e de correção da acidez e de fertilidade do solo.			
<b>Programa Agricultura de Baixo Carbono :</b> tem por objetivos promover a redução das emissões de gases de efeito estufa oriundas das atividades agropecuárias e contribuir para a redução do desmatamento.			

### Iniciativas do Banco do Brasil

Análise de risco socioambiental das atividades apoiadas pela Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS.			
Formação do Fórum da Agricultura Familiar visando fornecer <i>feedback</i> aos agentes envolvidos no programa e melhoria dos produtos.			
<b>Parcerias BB e Estados:</b> tem por finalidade apoiar o agronegócio e proporcionar ações integradas de: capacitação da mão-de-obra, preservação ambiental local, assistência técnica, monitoramento da atividade produtiva, concessão de financiamento para custeio, investimento e comercialização dos produtos do agronegócio, manutenção, ampliação e desenvolvimento da atividade agropecuária nos Estados brasileiros, agregando valor à cadeia produtiva. São exemplos: Projeto Solo Forte – Minas Gerais; Arenito Nova Fronteira – Paraná; Programa Moeda Verde/Equivalência Produto – Rio de Janeiro.			

<b>BB Produção Orgânica:</b> tem por objetivo fornecer apoio financeiro à atividade agropecuária conduzida segundo as normas do sistema orgânico e agroecológico de produção.			
<b>BB Florestal:</b> tem por objetivo contribuir para implantação, manutenção e ampliação de sistemas florestais para incremento e melhoria da produção de madeira reflorestada, redução da pressão sobre as florestas nativas.			
<b>BB Biodiesel:</b> tem por objetivo colaborar para a expansão do processamento de biodiesel no País, a partir do incentivo à produção de oleaginosas que constituem matéria-prima desse combustível.			

#### SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA - Diretrizes de Crédito

Incorporar critérios socioambientais ao processo de análise para a concessão de financiamento de projetos e considerando a magnitude de seus potenciais impactos e riscos e a necessidade de medidas mitigadoras e compensatórias.			
Adotar procedimentos para assegurar uma contribuição efetiva para a implementação de uma economia de baixo carbono, especialmente em financiamentos de empreendimentos carbono intensivos.			
Apoiar com condições diferenciadas projetos de geração de energia renovável, tais como usinas eólicas, térmicas à biomassa e de pequenas hidroelétricas (PCHs).			
Estimular a adoção de abordagens regionais na avaliação de impacto ambiental de empreendimentos para geração elétrica.			
Apoiar, por meio do crédito a estratégia de aumento da participação de fontes de energia renovável (eólica e bagaço da cana-de-açúcar) na matriz elétrica do país.			

#### Linhas de Crédito Socioambientais

<b>PROESCO</b> - Linha para financiamento de até 90% de projetos de eficiência energética que comprovadamente contribuam para economia de energia aumentem a eficiência global do sistema energético ou promovam a substituição de combustíveis de origem fóssil.			
<b>Linhas do BNDES</b> com condições diferenciadas, projetos que visem à diversificação da matriz energética nacional e que contribuam para a sua sustentabilidade, notadamente quando se trata de geração de energia renovável, tais como Usinas Hidrelétricas, Pequenas Centrais Hidrelétricas, Termoelétricas a biomassa e Parques Eólicos.			

#### Iniciativas do Banco do Brasil aplicáveis a todos os setores

Adoção de critérios socioambientais na avaliação do estudo de limite de crédito de empresas e de projetos de investimento.			
Eliminado o limite para análise de projetos de financiamento na modalidade Project Finance, à luz dos Princípios do Equador, ou seja, todo e qualquer Project Finance financiado pelo BB deve obedecer aos padrões de desempenho socioambientais dos Princípios do Equador.			
Para projetos com significativos riscos de natureza socioambiental, especialmente aqueles enquadrados nos Princípios do Equador, o Banco exigirá do cliente avaliação socioambiental e plano de ação para mitigação dos riscos e impactos identificados, e realizará monitoramento periódico quanto à observância destas condicionantes.			
<b>Programa Água Brasil</b> i) Estimular a adoção de práticas sustentáveis na agropecuária, reduzindo seu impacto sobre os recursos naturais e a biodiversidade, melhorando a qualidade das águas e ampliando a cobertura da vegetação natural; ii) Revisar e atualizar critérios socioambientais utilizados nos processos de financiamento e investimento; iii) revisar e aperfeiçoar modelos de			

negócios voltados ao desenvolvimento regional sustentável, fortalecer e ampliar o portfólio de produtos e serviços financeiros que ofereçam incentivos e atrativos com características socioambientais.			
Suspensão de novos créditos a clientes incluídos em relação de empregadores que submetem seus trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou os mantenham em condições análogas ao trabalho escravo, divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.			

## **ANEXO I – Lista de compromissos voluntários e pactos assinados pelo Banco do Brasil**

Adesão à Moratória da Soja: em 01.12.2010, o Banco do Brasil aderiu ao movimento denominado Moratória da Soja. A moratória da soja, iniciada em 24.07.2006, é o compromisso da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – Abiove e da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – Anec, em conjunto com seus associados, de não comercializar a soja proveniente de áreas desmatadas do Bioma Amazônia, a partir da safra 2006/2007. Com a adesão, o BB se compromete a não financiar a produção de soja em áreas desmatadas dentro do Bioma Amazônia pós-julho 2006, indicadas pelo Grupo de Trabalho da Moratória da Soja (GTS). O GTS conta com a participação de organizações não governamentais, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Adesão ao “The CEO Water Mandate”: O Banco do Brasil aderiu ao “The CEO Water Mandate”. Trata-se de uma proposta da Organização das Nações Unidas – ONU, para que as empresas signatárias do Pacto Global passem a abordar a questão da água e o gerenciamento deste recurso em suas estratégias corporativas e assim contribuir positivamente no combate à crise emergente de água. Dentre as empresas fundadoras da iniciativa destacam-se a Coca-Cola, Pepsico, Nestlé, Uniliver, Danone e Dow Chemical, que têm na água um importante insumo em seus processos produtivos. A empresa Dow Química, cliente *corporate* do BB, ciente das ações do Banco em prol da sustentabilidade, do lançamento do Programa Água Brasil e da forte atuação no agronegócio, enviou convite ao Banco do Brasil para ser a primeira instituição financeira a se tornar signatária do compromisso.

Agenda 21 Empresarial: Em junho de 2004, o Banco do Brasil assumiu publicamente o comprometimento com ações voltadas ao desenvolvimento sustentável de seus negócios em solenidade que contou com a presença da Sra. Marina Silva, então Ministra do Meio Ambiente. A partir desse evento, o plano de ação para o aprofundamento de sua postura de responsabilidade socioambiental, aprovado em 2003 pelo Conselho Diretor, passou a ser denominado Agenda 21 Empresarial do BB. Na ocasião, o BB também assinou protocolo com o Ministério do Meio Ambiente para disseminar a Agenda 21 nos projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável.

Carbon Disclosure Project: Em março de 2005, Banco do Brasil, Brasilprev e Previ, juntamente com os principais investidores institucionais em nível mundial, manifestaram formalmente apoio ao pedido de abertura de informações sobre a emissão de gases de efeito estufa, enviado as 500 maiores empresas do mundo. O pedido de informações é resultado de projeto administrado pela Rockefeller Philanthropy Advisers, com recursos provenientes principalmente do Fundo de Carbono do Governo da Grã-Bretanha. Além de coerente com a postura de responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil, que prevê ponderações acerca dos impactos sociais e ambientais das práticas administrativas e negociais - considerados aí os investimentos realizados -, o apoio à iniciativa vem ao encontro dos interesses negociais do Banco. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, no Brasil, o aquecimento provocado pelo efeito estufa pode trazer como impacto a alteração do regime de chuvas e da temperatura, com conseqüências diretas sobre a agricultura e a biodiversidade. As respostas ao pedido de informações estão disponíveis para consulta pública, sem qualquer ônus, no endereço eletrônico [www.cdproject.net](http://www.cdproject.net). A iniciativa conta com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e de instituições financeiras como o , Credit Suisse Group, Deutsche Asset Management, Fleet, HSBC Holdings, Merrill Lynch, Santander e UBS Global Asset Management.



Caring for Climate: Adotado pelo BB a partir de setembro de 2009, trata-se de uma plataforma adicional de compromissos do Pacto Global, lançada em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, para participantes que queiram avançar em soluções sobre mudanças climáticas. Ao adotar o “Cuidado com o Clima” (Caring for Climate) as instituições se comprometem a: (i) desenvolver ações práticas para melhoria da eficiência energética e para a redução das emissões de carbono em seus produtos, serviços e processos, com definição de metas voluntárias e divulgação anual dos avanços, mediante comunicação pública; (ii) identificar e entender as implicações das mudanças climáticas no negócio da empresa e definir uma estratégia coerente minimizando riscos e identificando oportunidades; (iii) provocar ações para engajar o governo e a sociedade no desenvolvimento de políticas para uma economia de baixo carbono; (iv) trabalhar em conjunto com empresas, em nível nacional e setorial, ao longo da sua cadeia de valor, para o estabelecimento de normas e adoção de iniciativas conjuntas voltadas para a redução de riscos e aproveitamento das oportunidades relacionadas às mudanças climáticas.

Código de Governança Corporativa: Em novembro de 2007, alinhado com as melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil divulgou seu Código de Governança Corporativa, documento que apresenta uma visão panorâmica e de consulta simplificada sobre princípios e práticas da Empresa, contribuindo para fortalecer a transparência de sua gestão, aumentar seu valor institucional e facilitar o acesso ao seu capital por parte de investidores, além de concorrer para sua perenidade. No Novo Mercado da BMF&Bovespa desde 2006, o BB reafirma, por meio da iniciativa, seu compromisso com as melhores práticas de governança corporativa e demonstra a preocupação da Empresa com a transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade social corporativa.

Empresas pelo Clima (EPC): Desde 2009, quando foi criada, o BB participa da Plataforma EPC de debates, coordenada pela Fundação Getúlio Vargas. Esta tem como proposta a construção de um novo modelo econômico para o País, baseado na busca do equilíbrio e em um processo de adaptação da economia brasileira às mudanças climáticas. A Plataforma EPC tem por objetivo a construção de um novo modelo econômico para o País baseado no equilíbrio climático. Um total de 25 empresas integra essa iniciativa, coordenada pela Fundação Getúlio Vargas. Enquanto membro da plataforma, desde o seu lançamento em 08.10.2009, o BB participa ativamente dos debates e posicionamentos com o objetivo de orientar o processo de adaptação da economia brasileira às mudanças climáticas. No âmbito da EPC são tratadas, entre outras, questões ligadas ao marco regulatório, à gestão das emissões de gases do efeito de estufa (GEE) e às práticas empresariais próprias de uma economia de baixo carbono. A plataforma prevê a realização de mesas redondas temáticas envolvendo os setores mais poluentes, como: agronegócio, energia, florestas, indústria, serviços e transportes. Além disso, as “Empresas pelo Clima” assumem o compromisso de publicar seus inventários de GEE de acordo com a metodologia do Programa Brasileiro *GHG Protocol*. O Protocolo é uma ferramenta confiável, adotada por empresas e governos de todo o mundo para medição de emissões de gases indutores do aquecimento global. Ser uma EPC significa também desenvolver soluções tecnológicas para medição e redução das fontes de efeito de estufa.

Em 30.11.2010, o Banco aderiu aos documentos “Propostas empresariais públicas para uma economia de baixo carbono no Brasil: Energia, Transportes e Agropecuária”, reafirmando os compromissos assumidos com a Plataforma EPC.

Fórum Amazônia Sustentável: Em 28.11.2008, o Banco do Brasil aderiu ao Fórum Amazônia Sustentável, grupo composto por diversas entidades governamentais, empresariais e não-governamentais que discute os caminhos para o desenvolvimento sustentável no bioma Amazônia. A participação do BB se dá por meio de grupos específicos de trabalho, dos quais participam representantes da Unidade de Desenvolvimento Sustentável e da Diretoria de Agronegócios.

Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente: A Lei 8.069, de 13.07.1990, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em seu art. 260, permite aos contribuintes do Imposto de Renda deduzir o total das doações aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O limite máximo de dedução é de 1% para pessoa jurídica e de 6% para pessoa física do imposto devido. Esse valor é abatido integralmente na Declaração Anual de Ajuste. O Banco do Brasil contribui para o FIA desde 2003 e incentiva, por meio de campanhas de comunicação, os seus funcionários e clientes a igualmente fazerem suas doações.

Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável – GTPS (participação como observador): no dia 30.06.2009, foi constituído o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), formado por agentes da cadeia de valor da pecuária bovina e por organizações da sociedade civil atuantes em defesa do meio ambiente, direitos do consumidor e/ou trabalhador e desenvolvimento social. O GTPS foi constituído como uma associação civil sem fins econômicos, regida por estatuto próprio, que tem por finalidade contribuir para a sustentabilidade da cadeia de valor da pecuária bovina considerando aspectos sociais, ambientais e econômicos.

Índice Carbono Eficiente – ICO2: O ICO2 da BM&F Bovespa é composto pelas ações das companhias participantes do índice IBrX-50 que aceitaram tomar parte nessa iniciativa e considera em sua ponderação não apenas o *free float* das ações das empresas, mas também o grau de eficiência de emissões de gases de efeito estufa, identificado por meio de análise dos inventários de emissões. Como o BB recebe questionamentos de investidores, clientes, governos e organizações da sociedade civil quanto às suas práticas em responsabilidade social corporativa, a adesão a esse índice é mais uma resposta do BB a esses questionamentos. A adesão do Banco do Brasil ao ICO2 ocorreu em Junho de 2010 e demonstrou ao mercado o compromisso com a transparência, bem como a disposição na busca pelo alinhamento às melhores práticas referentes à ecoeficiência empresarial e a contribuição para uma economia de baixo carbono, coerente com o disposto em sua Estratégia Corporativa.

ODM - Objetivos do Milênio: Em parceria com o Governo Federal, o Banco do Brasil e a Fundação Banco do Brasil desenvolvem uma série de iniciativas voltadas para a concretização dos oito Objetivos do Milênio, compromisso assumido pelos países-membros das Nações Unidas no ano 2000. Além disso, o BB apoia e patrocina o Prêmio ODM desde sua primeira edição, em 2005.

Pacto Global das Nações Unidas: No Fórum Econômico Mundial, em Davos, em 31 de janeiro de 1999, o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, desafiou os líderes empresariais mundiais a apoiar e adotar o Pacto Global, tanto em suas práticas corporativas individuais, quanto no apoio a políticas públicas apropriadas. O Pacto Global é uma iniciativa que tem como objetivo mobilizar a comunidade empresarial internacional

para a promoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. O Pacto Global foi criado para ajudar as organizações a redefinirem suas estratégias e ações, a fim de que todas as pessoas possam compartilhar dos benefícios da globalização, evitando que esses sejam aproveitados por poucos. Em junho de 2010, o BB participou de Encontro de Líderes do Pacto Global 2010, sobre o tema “Construindo uma Nova Era da Sustentabilidade”, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque (EUA). O encontro foi dividido em três partes: 'Definindo a Agenda da Sustentabilidade', em que foram debatidos a importância da orientação ética para os mercados globalizados e a necessidade do desenvolvimento de processos mais robustos de gestão de riscos; 'Liderando a Mudança', que destacou o papel da liderança empresarial na disseminação de melhores práticas de sustentabilidade e de governança em toda a organização, suas subsidiárias e cadeia de valor; e 'Alcançando o Desenvolvimento', que enfatizou a responsabilidade do mundo dos negócios na definição de estratégias e soluções para o combate à pobreza global.

Pacto pelo Combate ao Trabalho Escravo: Em maio de 2005 o Banco do Brasil, juntamente com outras 54 empresas, aderiram ao Pacto pelo Combate ao Trabalho Escravo proposto pelo Instituto Ethos. Pelo pacto, os signatários acordam em incrementar esforços visando dignificar e modernizar as relações de trabalho nas cadeias produtivas dos setores comprometidos no cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à escravidão. Desde março de 2004, o Banco do Brasil já praticava a suspensão de novos créditos a clientes incluídos na relação de empregadores e proprietários rurais que submetem seus trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou os mantenham em condições análogas ao trabalho escravo divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria Interministerial nº 2, de 12.05.2011, que revogou a Portaria MTE 540/2004).

PRI – Principles for Responsible Investment: A BB DTVM aderiu ao PRI - Princípios para o Investimento Responsável. O PRI consiste em seis princípios básicos, que se desdobram em diretrizes, cuja finalidade é viabilizar a incorporação das questões sociais, ambientais e de governança corporativa às práticas de análise, decisão e gestão de investimentos. O público-alvo do PRI é o conjunto dos investidores institucionais, proprietários de ativos. Também podem ser signatários os gestores externos de ativos e os prestadores de serviços/consultores.

Princípios de Empoderamento das Mulheres: O Banco do Brasil aderiu em 30 de agosto de 2010, aos Princípios de Empoderamento das Mulheres. Trata-se de uma iniciativa conjunta do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres – UNIFEM – com o Pacto Global das Nações Unidas, que prevê, entre outras ações: estabelecer liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero; promover educação, treinamento e desenvolvimento profissional para mulheres; medir e publicamente relatar o progresso no alcance da igualdade de gênero.

Princípios do Equador: Os Princípios do Equador são um conjunto de políticas e diretrizes (salvaguardas) a ser observadas na análise de projetos de investimento da modalidade *Project Finance* de valor igual ou superior a US\$ 10 milhões. Tendo por base critérios estabelecidos pela International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial, as salvaguardas versam sobre avaliações ambientais; proteção a habitats naturais; gerenciamento de pragas; segurança de barragens; populações indígenas; reassentamento involuntário de populações; propriedade cultural; trabalho infantil, forçado ou escravo; projetos em águas internacionais e saúde e segurança no trabalho. O Banco do Brasil, em fevereiro de 2005, foi o primeiro banco oficial em nível mundial a integrar o grupo de instituições financeiras que aderiu aos Princípios do Equador. Em julho de 2006, formalizou

sua readesão ao pacto, atualizado após longo processo de consultas e debates entre bancos, clientes e organizações da sociedade civil. Em 2009, no âmbito das ações da Agenda 21, o Banco do Brasil ampliou a utilização dos Princípios do Equador para todos os projetos na modalidade *Project Finance*, independentemente do valor.

Pró-Equidade de Gênero: O Banco pactuou, em outubro de 2007, a adesão à segunda edição do Programa Pró-Equidade de Gênero, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), da Presidência da República. O objetivo é desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero no mundo do trabalho. As empresas participantes concorrem ao Selo Pró-Equidade de Gênero, se atingirem os objetivos do Programa e as metas traçadas em seus planos de ação. Em março de 2009, o Banco do Brasil foi uma das 23 empresas brasileiras a receber o Selo Pró-Equidade. Em entrevista à Agência de Notícias, a então ministra Nilcéa Freire destacou o compromisso do BB no âmbito do Programa e os reflexos positivos da atuação da empresa na sociedade brasileira: “Desde a primeira participação do Banco do Brasil no Programa (2005), temos visto um esforço permanente, por parte do Banco, de realmente incorporar a equidade como princípio e base para sua gestão. É muito importante, também, destacar que o BB tem possibilitado, por meio de suas ações de responsabilidade social, a construção da igualdade entre homens e mulheres no nosso país e a redução da desigualdade de todas as formas”.

Uma das ações destacadas pela SPM no âmbito do Programa Pró-Equidade de Gênero do BB foi a concessão da licença-maternidade de 6 meses, aprovada pelo Conselho Diretor no final do mês de março de 2009. Este avanço foi um dos itens do Plano de Ação do Programa Pró-Equidade de Gênero para o biênio 2009/2010. O BB, porém, atendendo aos anseios do seu corpo funcional feminino, decidiu antecipadamente pela prorrogação, sendo o primeiro banco a anunciar a concessão da licença-maternidade de 180 dias, alinhando-se, assim às expectativas de proteção à infância e valorização da mulher. A medida, que abrange mães gestantes e adotantes, vem ao encontro das políticas de gestão de pessoas e responsabilidade socioambiental do BB. De acordo com as estatísticas internas, as mulheres ocupam em torno de 31% dos cargos comissionados do segmento gerencial, 35% do segmento técnico e 45% do segmento operacional. As mulheres representam 41% do total de cargos da empresa. Este percentual diminuiu consideravelmente em cargos gerenciais mais elevados - posição de dezembro de 2009. Com o objetivo de diagnosticar as causas e/ou possíveis barreiras que interferem no processo de ascensão profissional e que geram reduzida participação de mulheres em comissões mais elevadas, foi realizada pesquisa pela Vox Populi, cujos resultados apresentados no dia 24.11.2008 foram utilizados como subsídios para ações no âmbito do Programa Pró-Equidade de Gênero. Como forma de oferecer as mesmas oportunidades para homens e mulheres, assim como eliminar qualquer tipo de discriminação, o Banco apresentou propostas que englobam Processos de Capacitação e Treinamento, Ascensão Profissional e Planos de Cargos e Carreira, Programas de Saúde e Segurança, Salário e Remuneração, Políticas de Benefícios, Mecanismos de Combate às Práticas de Discriminação e de Sensibilização na Cadeia de Relacionamento. O Banco do Brasil, ainda no contexto do Programa Pró-Equidade de Gênero apoia a campanha nacional "Homens unidos pelo fim da violência contra as mulheres", lançada, em outubro de 2008, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). A iniciativa é uma resposta do Estado brasileiro à convocação do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, que lançou, em fevereiro de 2009, a campanha mundial "United to End Violence Against Women". Em Junho de 2010, foi realizada Oficina Melhores Práticas em Equidade de Gênero nas Empresas Públicas e Estatais de Economia Mista, com participação ativa do BB, coordenando mesas temáticas. Em 01 de Setembro de 2010, ocorreu em Foz do Iguaçu (PR), o II Ciclo de Encontros Regionais para o Fortalecimento da Equidade de Gênero no

Mundo do Trabalho. O evento contou com a participação do Banco do Brasil e de sete outras empresas estatais – Caixa, Petrobras, Serpro, Embrapa, CPRM, Eletrobrás-Eletronorte e Itaipu, que desenvolvem internamente ações voltadas à equidade de gênero. Em 08 de Dezembro de 2010, em Brasília, o Banco conquistou o selo, pelo segundo ano consecutivo. O evento contou com a presença da então Ministra de Estado, Nilcéa Freira, além de representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e de diversas instituições e autoridades.

Programa Brasileiro GHG Protocol: Em maio de 2008, foi lançado o Programa Brasileiro *GHG Protocol* com o objetivo de incrementar a capacidade técnica e institucional de empresas no gerenciamento de suas emissões de gases de efeito estufa, através da disseminação da metodologia *GHG Protocol* para cálculo e reporte. O *GHG Protocol* é uma das principais ferramentas para a identificação e cálculo de emissões de gases de efeito estufa e suporte para o gerenciamento das mesmas, sendo utilizado pelas maiores empresas do mundo. Atento aos novos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas o Banco do Brasil apoiou a iniciativa brasileira como membro-fundador, comprometendo-se a realizar o inventário de suas emissões a partir de metodologia adaptada à realidade brasileira. Sua utilização apoiará a adoção de políticas e desenvolvimento de estratégias baseadas em um conhecimento consistente das emissões de gases de efeito estufa decorrentes de suas atividades e de suas oportunidades de redução. Os promotores do Programa Brasileiro *GHG Protocol* são o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, o Ministério do Meio Ambiente, o World Resources Institute e o World Business Council for Sustainable Development, com apoio da Embaixada Britânica e da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional. Com base no escopo definido pelo Banco do Brasil, a primeira fase do trabalho buscou identificar o volume de emissões a partir do consumo de combustíveis fósseis utilizados nos geradores próprios de energia, do volume de energia elétrica adquirida das concessionárias e dos deslocamentos aéreos de funcionários, por necessidade de serviço. Somando as três fontes de emissão, calculadas nesta primeira etapa do programa, chega-se a uma quantidade de emissões pelo Banco do Brasil em 2009 de 31.301,72 toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente. Para mitigar e reduzir este volume o Banco do Brasil tem investido fortemente, desde 2006, em projetos de aumento da eficiência energética sob o âmbito do Programa de Ecoeficiência.

Protocolo Verde: O Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, conhecido informalmente como Protocolo Verde é um a carta de princípios para o desenvolvimento sustentável firmada por bancos oficiais em 1995 (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco Central do Brasil) pela qual se propõem a empreender políticas e práticas que estejam sempre e cada vez mais em harmonia com o objetivo de promover um desenvolvimento que não comprometa as necessidades das gerações futuras. Em maio de 2008, a partir de discussões sobre os impactos do desmatamento na Amazônia envolvendo órgãos governamentais e bancos públicos federais, foi constituído grupo de trabalho para avaliação e revisão do Protocolo Verde, com representantes do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Fazenda, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. O resultado deste esforço foi a proposição de nova redação que defende que os bancos podem cumprir um papel indutor fundamental na busca de um desenvolvimento sustentável que pressuponha a responsabilidade com a conservação ambiental e uma contínua melhoria no bem estar social. Para tanto, são previstos princípios

que envolvem o compromisso dos bancos com: o fomento ao desenvolvimento sustentável; a avaliação socioambiental dos empreendimentos a serem financiados; a ecoeficiência das práticas administrativas; a evolução das políticas e práticas voltadas à sustentabilidade; e a previsão de mecanismos de monitoramento e governança dos compromissos assumidos pelos signatários.

Em agosto de 2008, durante solenidade conduzida pelo então Presidente Lula na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, os presidentes dos bancos oficiais aderiram ao novo Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental - Protocolo Verde. Em 06 de junho de 2010, o BB participou do *Workshop* FEBRABAN Protocolo Verde, visando elaborar indicadores de desempenho para a implementação do Protocolo. A partir da realização do evento, a FEBRABAN, a Fundação Getúlio Vargas e os bancos signatários do Protocolo Verde, objetivam delinear um instrumento de avaliação das instituições financeiras, no tocante ao cumprimento dos princípios lá estabelecidos.

Selo "Empresa Amiga da Criança": O Banco do Brasil mantém, desde 2004, o selo "Empresa Amiga da Criança", da Fundação Abrinq, consagrada internacionalmente pelo combate ao trabalho infantil e ações de apoio às crianças brasileiras. Para fazer jus ao selo, as empresas devem se comprometer a desenvolver iniciativas voltadas para a defesa dos direitos e da qualidade de vida das crianças e adolescentes.

## **ANEXO II - Linhas de financiamentos, programas e parcerias para atividades rurais alinhadas à sustentabilidade**

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Eco: tem por finalidade implantar, utilizar, recuperar ou adotar: (i) tecnologias para geração de energia renovável, como o uso da energia solar, da biomassa, eólica, miniusinas de biocombustíveis e a substituição de tecnologia de combustível fóssil por renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas; (ii) tecnologias ambientais, como estação de tratamentos de água, de dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem; (iii) armazenamento hídrico, como o uso de cisternas, barragens, barragens subterrâneas, caixas d'água e outras estruturas de armazenamento e distribuição, instalação, ligação e utilização de água; (iv) pequenos aproveitamentos hidroenergéticos; (v) silvicultura, entendendo-se por silvicultura o ato de implantar ou manter povoamentos florestais geradores de diferentes produtos, madeireiros e não madeireiros; (vi) práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva.

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Florestal: tem por finalidade realizar investimentos em projetos que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério de Desenvolvimento Agrário para: (i) sistemas agroflorestais; (ii) exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento; (iii) recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para cumprimento da legislação ambiental; (iv) enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais nativas do bioma.

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Semiárido: apoia financeiramente investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região do Semiárido.

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Agroecologia: apoia projetos específicos de sistemas de produção agroecológica ou orgânica, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

O Banco do Brasil é o maior parceiro do produtor familiar, aplicando cerca de 70% do recurso do Pronaf disponibilizado ao Sistema Financeiro Nacional. Em função dessa atuação, o Banco instituiu o Fórum da Agricultura Familiar visando fornecer *feedback* aos agentes envolvidos no programa e melhoria dos produtos. Os eventos são realizados desde 2006 e reúnem representantes dos movimentos sociais da agricultura familiar (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar-Contag, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar-Fetraf e Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e, a partir de 2009, também, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - Asbraer. Durante o Fórum, o Banco do Brasil apresenta um balanço da sua atuação no Pronaf, número de operações contratadas, valores liberados, distribuição por região, comparando com outras safras. Todos os presentes têm oportunidades de se manifestar sobre os processos operacionais e as condições dos produtos oferecidos, bem como dar sugestões de melhorias, que, sempre que possível, são acatadas. Todos são convidados a participar de ações conjuntas que permitam a evolução do programa.

- Programa Agricultura de Baixo Carbono – MCR 6.4 e BNDES, tem por objetivos promover a redução das emissões de gases de efeito estufa oriundas das atividades agropecuárias e contribuir para a redução do desmatamento, por meio do apoio a projetos de: (i) implantação e ampliação de sistemas de integração de lavoura-pecuária, lavoura-floresta ou lavoura-pecuária-florestas; (ii) manutenção de florestas comerciais; (iii) recomposição de áreas de preservação permanente ou de reservas legais; e (iv) outras práticas para a produção sustentável e direcionada para uma baixa emissão de gases causadores do efeito estufa.

- Fundo Constitucional do Centro-Oeste , Linha para Redução de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC). Tem por objetivos: a) na Modalidade I – Conservação da Natureza: (i) incentivar projetos que visem à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis; (ii) apoiar a adaptação dos processos produtivos a tecnologias apropriadas às condições ambientais da região; (iii) incentivar a recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente; (iv) propiciar condições para expansão da atividade orgânica; (v) incentivar a implantação de empreendimentos florestais, com foco na geração de empregos e renda; (vi) apoiar, também, a viabilização de projetos que envolvam sequestro de carbono e redução de emissão de gases de efeito estufa, e b) na Modalidade II – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta: intensificar o uso da terra em áreas já desmatadas, por meio da disseminação de sistemas de produção sustentáveis e que integrem agricultura, pecuária e floresta; disponibilizar recursos para investimentos necessários à implantação de sistemas de integração de lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta; aumentar a produção agropecuária em áreas já desmatadas, a oferta interna e a exportação de carnes, produtos lácteos, grãos, produtos florestais, fibras e oleaginosas; estimular a adoção do plantio direto; diversificar a renda do produtor rural; estimular a adoção de sistemas de produção sustentáveis do ponto de vista econômico e ambiental; assegurar condições para o uso racional e sustentável das áreas agrícolas, de florestas e de pastagens, reduzindo problemas ambientais causados pela utilização da prática de queimadas, pela erosão, pela monocultura, pela redução do teor da matéria orgânica do solo e outros; diminuir a pressão por desmatamento de novas áreas.

- BNDES Moderagro: o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais tem por finalidades: (i) apoiar o desenvolvimento da produção de espécies de frutas com potencial mercadológico interno e externo, especialmente no âmbito do Programa de Produção Integrada de Frutas (PIF Brasil), assim como beneficiamento, industrialização, padronização e demais investimentos necessários às melhorias do padrão de qualidade e das condições de comercialização de produtos frutícolas (Moderagro Fruta); e (ii) fomentar os setores da apicultura, aquicultura, avicultura, cunicultura, chinchilocultura, floricultura, horticultura, pesca, ovinocaprinocultura, ranicultura, sericultura, suinocultura e a defesa animal, particularmente o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT) e a implementação de sistemas de rastreabilidade bovina e bubalina (Moderagro Desenvolvimento e Defesa Animal).

- Custeio Agropecuário com recursos controlados com diferencial no crédito em função de características do empreendimento: elevação do teto de recursos controlados em 15%, podendo acumular até 30%, caso o produtor comprove a existência física de reserva legal (RL) ou de plano de recuperação de RL aprovado pelos órgãos competentes; e/ou adote sistema orgânico de produção; e/ou sistema de plantio direto.



- BB Produção Orgânica: tem por objetivo fornecer apoio financeiro à atividade agropecuária conduzida segundo as normas do sistema orgânico e agroecológico de produção, abrangendo as despesas de custeio, investimento e comercialização previstas no plano de manejo elaborado para a atividade a financiar e aprovado pela instituição certificadora.

- BB Biodiesel: tem por objetivo colaborar para a expansão do processamento de biodiesel no País, a partir do incentivo à produção de oleaginosas que constituem matéria-prima desse combustível, à instalação de plantas agroindustriais e à comercialização, de forma a contribuir para a produção de volume suficiente ao cumprimento das metas de adição de biodiesel ao diesel, estipulados pelo Governo Federal, atualmente de 5%, caracterizando o combustível B5.

- BB Florestal: tem por objetivo contribuir para implantação, manutenção e ampliação de sistemas florestais para incremento e melhoria da produção de madeira reflorestada, redução da pressão sobre as florestas nativas.

O BB tem parcerias com governos estaduais visando apoiar o agronegócio e proporcionar ações integradas de: capacitação da mão-de-obra, preservação ambiental local, assistência técnica, monitoramento da atividade produtiva, concessão de financiamento para custeio, investimento e comercialização dos produtos do agronegócio, manutenção, ampliação e desenvolvimento da atividade agropecuária nos Estados brasileiros, agregando valor à cadeia produtiva.

São exemplos de parcerias entre o Banco do Brasil, Estados e organizações, voltadas para a atividade agropecuária:

- Projeto Solo Forte – Minas Gerais – tem a finalidade de viabilizar investimentos para corrigir, conservar, recuperar solos e pastagens degradadas, propiciando maior produtividade e melhor rentabilidade aos produtores rurais;

- Arenito Nova Fronteira – Paraná: um dos objetivos é promover o desenvolvimento sustentado da região abrangida pelos solos formados a partir do Arenito Caiuá, com incremento das produções de lavouras de grãos, especialmente soja, em integração com a pecuária, em prol da recuperação da capacidade produtiva dos solos e da pecuária;

- Programa Moeda Verde/Equivalência Produto – Rio de Janeiro – tem a finalidade de disponibilizar sistemática própria de equivalência em produto, garantida pelo Estado, para financiamentos concedidos ao amparo de linhas de crédito do Banco com encargos prefixados.